GOIÂNIA, SETEMBRO DE 2019

JORNAL DO SINTEF-GO

UM JORNAL DE FORMAÇÃO POLÍTICO-SINDICAL CLASSISTA

Nº 01

CONJUNTURA

A CONJUNTURA E OS DESAFIOS IMPOSTOS AOS TRABALHADORES

WALMIR BARBOSA PÁGINA 2

DIREITOS HUMANOS

MARIELE FRANCO: UMA BIOGRAFIA POLÍTICA

POR ARIEL FRANCO PÁGINA 9

MOVIMENTO INDÍGENA EXPRESSA A FORÇA POLÍTICA DA CULTURA ANCESTRAL DIANTE DA VIOLÊNCIA DO ESTADO E DO CAPITALISMO

TAÍSE QUADROS PÁGINA 10

SINDICAL

SINDICALISMO AUTÔNOMO E CLASSISTA: A LUTA PELA CONSCIÊNCIA NO SÉCULO XXI

MARCELO LIRA PÁGINA 5

EDUCAÇÃO

"FUTURE-SE": O FUTURO COMO SINÔNIMO DE RETROCESSO!

FÁBIO APARECIDO MARTINS BEZERRA PÁGINA 6

ENTREVISTA COM AGUSTINA ECHEVERRÍA

POR ARIEL FRANCO PÁGINA 7

EDUCAÇÃO POPULAR E UNIVERSIDADE POPULAR

PAULO WINÍCIUS TEIXEIRA PÁGINA 7

EDITORIAL

Vivencia-se no país uma correlação de forças entre trabalho e capital amplamente desfavorável aos trabalhadores. Setores vinculados ao capital predominam nos espaços institucionais - Câmara Federal, assembleias legislativas, executivas estaduais - e na sociedade como um todo. Nas organizações sindicais e populares também se fazem fortemente presentes setores burocratizados que colaboram com o patronato e a elite política à frente do Estado.

Nesse quadro, as diversas frações e representações políticas do capital, apoiado pelo sistema de mídia, promovem retirada de direitos, cortes no orçamento direcionado às atividades sociais e ataques à representação (social e partidária) dos trabalhadores. Também promovem privatização de setores e empresas públicas e, mais recentemente, estimulam a formação de grupos privados paramilitares.

As mobilizações de 15 e 30 de maio e a expressiva greve geral de 14 de junho evidenciam um processo de retomada das mobilizações de massas nas ruas contra os cortes orçamentários na educação e o ataque ao direito à aposentadoria, bem como em defesa das liberdades democráticas. Trabalhadores de diversas categorias e estudantes protagonizaram essas mobilizações demonstrando a existência de uma grande disposição de luta.

Todavia, para que essas mobilizações sejam sustentáveis e ampliadas, bem como tenham capacidade de paralisar a produção, os transportes, os serviços e o comércio em novas greves gerais, é preciso percorrer-se um longo caminho. É necessária a consolidação de uma consciência crítica por parte dos trabalhadores, o combate ao peleguismo sindical e à política de conciliação de classe difundidas no interior de entidades e movimentos, e a criação de uma vasta organização dos trabalhadores e da juventude por local de trabalho, estudo e moradia. Por fim, também é necessária a criação de fóruns sindicais, populares e de juventude, reunindo e fortalecendo laços entre militantes de diversas organizações sindicais e populares, mobilizando e dialogando com a sociedade acerca da nossa realidade, dos desafios organizativos da classe trabalhadora e a sinalização de uma sociedade alternativa à capitalista e burguesa, a ser construída.

Essa leitura do atual contexto da sociedade brasileira e dos desafios que se colocam para os trabalhadores orienta o **Jornal do Sintef-GO** como um instrumento de formação, reflexão e mobilização.

Desejamos a todos/as uma boa leitura!

EXPEDIENTE

Equipe técnica: Ariel Franco, Guilherme Martins, Juliano Medina, Walmir Barbosa | **Editores**: Ariel Franco e Walmir Barbosa | **Diagramação**: Guilherme Martins | **Revisão**: Ariel Franco e Juliano Medina | **Fotografia**: Ariel Franco et alli | **Impressão**: Gráfica Art3 | **Tiragem**: 1.000 exemplares / Semestre

Diretoria Executiva do Sintef-GO: Presidente: Marcelo Lira Silva |**Vice-presidente**: Fernando Augusto Messias | **Secretário Geral**: Walmir Barbosa | **Diretora Administrativa e Financeira**: Regina Célia Magalhães Marinho Cavalcante | **Diretora de Assuntos dos Tecnicos-administrativos**: Juliana Damando Vaz | **Diretor de Assuntos dos Docentes**: Danyllo Di Giorgio Martins da Mota | **Diretor de Assuntos dos Aposentados e Pensionistas**: Lourdes Bernadete Carvalhães | **Diretoria de Comunicação Social e Imprensa**: Paulo Miguel Moreira da Fonseca | **Suplentes da Diretoria Executiva**: Sônia Aparecida Lobo, Vanderlí Alves do Prado e Larissa Leal Neves

Sindicato dos Trabalhadores em Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - Goiás (Sintef-GO) Rua 79, nº 81, Setor Central, CEP: 74055-080, Goiânia - GO | 62 3225-7171 | E-mail: sintef1@uol.com.br

CONJUNTURA

A CONJUNTURA E OS DESAFIOS IMPOSTOS AOS TRABALHADORES

Walmir Barbosa

O momento atual tem sido de intensificação dos embates nos campos político e econômico. As ações do governo Bolsonaro/Mourão têm revelado cada vez mais seu caráter autoritário, retrógrado, elitista, preconceituoso e antinacional. Tendo o retrocesso como marca principal de suas ações nos primeiros sete meses de mandato, o Governo mira na Educação como alvo de decisões que exemplificam este posicionamento.

No campo educacional, historicamente identificado com as possibilidades de ascensão social, de libertação e de autonomia, tem sido possível identificar mais claramente ações do governo que se opõem a marcos civilizatórios essenciais como a luta em defesa das minorias, o conhecimento científico e a diversidade cultural. Ao invés da ampliação das conquistas alcançadas nos últimos anos – limitadas e contraditórias – nos vemos às voltas com ameaças que reforçam a privatização e o insistente dualismo que marca a História da Educação brasileira.

A luta em defesa da Educação foi o motor principal das expressivas manifestações de 15 e 30 de maio em mais de 300 cidades. À luta contra os cortes anunciados pelo Ministério da Educação se somou o movimento contra a Reforma da Previdência, paralisando milhões de trabalhadores na Greve Geral do dia 14 de junho. As mobilizações, paralisações e atos políticos evidenciaram o elevado grau de desgaste do Governo Bolsonaro, bem como a disposição de luta de amplos setores da classe trabalhadora contra os ataques a direitos fundamentais, em defesa da educação e em protesto aos elevados níveis de desemprego e de deterioração das condições de vida das camadas populares.

As mobilizações de maio contaram com a participação dos trabalhadores da educação e de estudantes das universidades e institutos federais, universidades privadas e secundaristas. Já a Greve Geral de 14 de junho ampliou esta representação social e política mediante a participação de trabalhadores de setores estratégicos da economia brasileira, como os metalúrgicos do ABC e os petroleiros, além de rodoviários e metroviários, que paralisaram suas atividades e participaram dos atos públicos em diversas cidades. Todavia, essas mobilizações ainda são insuficientes para derrotar a política governista de destruição dos direitos políticos, sociais, trabalhistas e, mais imediatamente, do direito à aposentadoria. Deve-se salientar que permanece a ocorrência de boicotes de dirigentes sindicais que se acomodaram na política de conciliação de classe e na burocracia sindical.

Por tudo isso, fica evidente que a classe trabalhadora tem muito que avançar na sua organização e orientação política com vista a conquistas efetivas nesta conjuntura internacional e nacional de ofensiva do capital sobre nossos direitos.

O desgaste político do Governo Bolsonaro ocorre em decorrência das denúncias de corrupção envolvendo o PSL – o "laranjal" das eleições – e a família do presidente – "caso Queiroz" e indícios de associação com a milícia – bem como a exposição das conversas de Sérgio Moro com o Ministério Público, escancarando a manipulação para a condenação ilegal do ex-presidente Lula e para a vitória eleitoral de Bolsonaro. Também ocorre em decorrência da manutenção do quadro de estagnação econômica, provocando desilusão de parcelas dos trabalhadores com as saídas apresentadas pelo Governo e a desconfiança do mercado financeiro quanto à sua capacidade de dar continuidade ao desmonte da legislação social e favorecer plenamente os interesses do capital.

O Governo Bolsonaro também enfrenta contradições internas em virtude da disputa entre três núcleos básicos: o clã Bolsonaro e seguidores diretos (núcleo ideológico e mais forte do governo, até o momento), os setores das Forças Armadas que seguem a liderança do General Hamilton Mourão e o grupo ultraliberal, tendo à frente Paulo Guedes, representando os interesses do mercado financeiro e do grande empresariado associado ao capital internacional. Um quarto núcleo, representado pelo chamado "Centrão", reunindo políticos fisiológicos de diversos partidos da direita, ao mesmo tempo fora e dentro do governo, liderado por Rodrigo Maia, compõem as referidas contradições. Em vários momentos a pauta fundamentalista do clã Bolsonaro e/ou a sua política de ataque à legislação ambiental entra em choque com interesses imediatos de grupos econômicos, que se sentem prejudicados em seus negócios, como nos casos da ligação com Israel, prejudicando o comércio com os países árabes, e da submissão total à política beligerante de Trump, provocando reações contrárias de escalões militares. O próprio corte de verbas na educação, que desagrada amplos setores das camadas médias, acentuou contradições e desgastes do governo, inclusive favorecendo as recentes mobilizações.

O quadro de instabilidade política tem permitido a mobilização oportunista do General Mourão – o "moderado" – procurando se apresentar com um político racional e alternativo para os setores conservadores e frações da burguesia descontentes com o Governo, a exemplo dos industriais paulistas abrigados na FIESP. No imediato, procura se consolidar como interlocutor desses segmentos, mas ao mesmo tempo tem em vista se colocar como uma alternativa mais moderada em face do provável agravamento da crise institucional. Enfim, Mourão é um político que mantém os mesmos compromissos políticos e ideológicos reacionários de implementação do projeto antipopular e entreguista do Governo Bolsonaro.

No contexto de crise sistêmica do capitalismo, as contrarreformas realizadas, em andamento e anunciadas tenderão a conduzir ao agravamento dos problemas vividos pela população mediante o aumento da exploração e da miséria. Em consequência, terá curso o avanço das tensões sociais e do acirramento da luta de classes.

Este cenário que se esboça para o futuro próximo proporcionará ao Governo Bolsonaro iniciativas na direção de uma saída política ainda mais reacionária, inspirada no que há de mais retrógrado no cenário internacional, a exemplo do que está em curso na Hungria, Polônia e Ucrânia. Isto é, a utilização de mecanismos que restrinjam ainda mais os direitos políticos, aprofundem a perseguição e a criminalização dos movimentos sociais e dos partidos de esquerda, terminando por destruir o que resta das conquistas democráticas obtidas com muita luta na Constituição de 1988, e colocando o país a caminho de um regime fascista. Para tanto, poderá contar com uma base social de apoio com capacidade de manifestações de rua e até mesmo ações armadas mediante milícias e grupos de extrema direita.

Deve-se registrar que até o momento tem predominado uma relação de colaboração e de conflito entre o Governo Bolsonaro e algumas das principais instituições de Estado, como a Justiça e, em especial, o Congresso Nacional. Tal realidade decorre da articulação aberta e convergente na implementação das pautas econômicas regressivas e da força política que o campo de centro-direita possui no Congresso Nacional via "Centrão", em setores do Judiciário, no sistema de mídia e na sociedade civil, o que abre a perspectiva de imposição de um parlamentarismo "de fato", inclusive em torno de Rodrigo Maia e do "Centrão", que pode inclusive até se tornar "de direito" na sua figura ou de outro político, mediante apresentação de emenda constitucional instituidora do parlamentarismo. Todavia, esta saída, com vista a superação da crise institucional, tem de agradar às frações hegemônicas da burguesia brasileira.

Manifestação em defesa de Educação - 15 de Maio - foto por Ariel Franco

Efetivamente, Rodrigo Maia tem liderado o Congresso na implementação da agenda das reformas neoliberais que interessam ao capital, como a aprovação da Reforma da Previdência. Como no caso da "solução Mourão", com vista à superação da crise institucional, a "solução parlamentarista" gestada no Congresso é tão somente mais um mecanismo institucional em favor dos interesses das diversas frações das classes dominantes, com vista à maior eficácia na implementação das políticas voltadas para a expansão do capital. Aos trabalhadores, em face dessa realidade, cabe a seguinte orientação: derrotar o Governo Bolsonaro-Mourão, o "Centrão"e os seus aliados internos e externos.

Nesse contexto, o Sintef-GO posiciona-se alinhado às lutas e organizações de resistência aos ataques do capital, contribuindo com a ampliação da mobilização e da unidade de ação de todos os segmentos combativos da classe trabalhadora e da juventude, para intensificar a resistência e a luta em defesa dos direitos sociais e trabalhistas, da representação política da classe trabalhadora, dos bens e serviços essenciais à população, das liberdades democráticas, do patrimônio público e da soberania nacional. É preciso fortalecer os protestos e manifestações nas ruas, nos locais de trabalho, moradia e nas escolas e nas escolas e universidades, promovendo uma grande ofensiva contra o Governo de Bolsonaro/Mourão, as forças políticas hegemônicas no Congresso Nacional, no Judiciário/Ministério Público e suas bases sociais de sustentação.

O conjunto de ações institucionais do Estado brasileiro em conluio com as frações dominantes da burguesia - o Golpe de Estado Parlamentar-Midiático-Policial - que levou Temer ao poder, foi implementado com base na manipulação criminosa de acusações e delações por parte do atual ministro da Justiça, Sérgio Moro, e a associação entre Justiça Federal, Polícia Federal e Ministério Público Federal, sob a chefia do procurador Deltan Dallagnol. Tudo isso foi concretizado na "Operação Lavajato", que contou também com o vazamento de diálogos privados entre os ex-presidentes Lula e Dilma para o sistema de mídia - tendo a Rede Globo na dianteira - e culminou, por fim, no pré-julgamento e condenação prévia de acusados, no impeachment de Dilma Rousseff, na condenação sem prova e prisão de Lula e no ataque seletivo e desmoralizador direcionado ao PT. Esse processo, recentemente revelado e confirmado pelo "The Intercept Brasil" resultou no impulsionamento político de movimentos sociais, partidos e políticos de extrema-direita e de centro-direita, culminando na eleição o presidente Jair Bolsonaro, de um número extraordinário de governadores de centro-direita e de extrema-direita, e na ampliação destas vertentes político-ideológicas do campo burguês nos legislativos federal e estaduais; criando um quadro amplamente favorável para a aprovação, nos "limites da legalidade", de leis, decretos, medidas provisórias e portarias que retiram nossos direitos, entregam nossas riquezas naturais, destroem legislações ambientais e assim por diante.

Em face dessa realidade, que não se trata de conclusões "de opinião", mas "de fato", defendemos:

I - A soltura imediata do ex-presidente Lula;

II - A revogação das reformas antipopulares aprovadas durante os governos Temer e Bolsonaro;

III - O arquivamento das medidas reacionárias que atentam contra as liberdades democráticas sob a forma do "pacote anti-crime" do ministro da (anti)Justiça Sérgio Moro;

IV - A anulação das eleições realizadas em 2018 e condução de novas eleições.

Por fim, temos que ter claro que vivemos um aprofundamento da exploração capitalista e depressão imperialista sobre a classe trabalhadora brasileira, sob a forma do ataque aos direitos e às liberdades. O Governo proto-fascista de Bolsonaro e o fechamento progressivo do regime serve a esse propósito. Mais do que nunca é fundamental articular a defesa desses direitos e liberdades com a luta pela:

I - Estatização dos setores estratégicos da economia, como o pré-sal e o sistema financeiro;

II - Saúde e educação 100% públicas;

III - Reestatização das empresas privatizadas;

IV - Combate ao desemprego e à pobreza;

V - Confisco dos latifúndios;

VI - Taxação sobre as grandes fortunas e fim da sangria dos cofres públicos pelos grandes bancos e monopólios capitalistas por meio da dívida pública.

A PARTICIPAÇÃO NAS FRENTES DE LUTA

O Sintef-GO, conforme orientação consolidada desde 2016, tem procurado promover a mais ampla unidade de ação na luta contra os ataques do capital à classe trabalhadora. Inicialmente, encaminhamos a reaproximação política e refiliação ao **SINASEFE**, entidade historicamente comprometida com a defesa da educação pública e da Rede Federal. Também assumimos a construção de espaços comuns de unidade e luta contra os ataques aos direitos sociais e trabalhistas e às liberdades democráticas, com destaque para o **Fórum Goiano Contra a Reforma da Previdência e Trabalhista**.

No plano sindical mais geral, o **Sintef-GO** tem acompanhado, de forma crítica, o **Fórum das Centrais Sindicais**. Sem ignorar as limitações e insuficiências desse **Fórum**, reconhecemos que ele vem promovendo uma agenda sindical conjunta no combate à retirada de direitos trabalhistas, atualmente centrada na luta contra a Reforma da Previdência.

Também acompanhamos com atenção a criação do **Fórum Sindical, Popular e da Juventude em defesa dos Direitos e das Liberdades Democráticas**, nacionalmente e nos estados, de caráter político anticapitalista e sob a perspectiva socialista, que reúne CSP-Conlutas, as Intersindicais, a Unidade Classista, entre outros coletivos sindicais, populares e estudantis. Essa instância popular, que procura articular diversas entidades e organizações sindicais e populares com o objetivo de fazer frente aos ataques do governo, dialogando e articulando com amplos espaços de resistência e construindo em paralelo uma agenda política própria, tem em vista a elaboração de um programa dos trabalhadores para o país. Em nossa perspectiva, o **Fórum Sindical, Popular e da Juventude** pode vir a se constituir em espaço e instrumento necessário ao processo de reorganização da classe trabalhadora.

Greve Geral 30 de Junho - foto por Ariel Franco

SINDICAL

SINDICALISMO AUTÔNOMO E CLASSISTA: A LUTA PELA CONSCIÊNCIA NO SÉCULO XXI

Marcelo Lira Silva

A hegemonia do neoconservadorismo em âmbito mundial tem impingido a classe trabalhadora um conjunto de derrotas que vão do campo político-econômico ao sociocultural. O neoconservadorismo, a partir da monopolização cruzada dos meios de comunicação, forjou uma dominação altamente sofisticada. Para além da abismal concentração de renda e a plutocratização dos Estados nacionais em suas mais diversas esferas, a luta pela consciência ou batalha de ideias tem sido dominada pelo campo neoconservador. Torna-se importante evidenciar, na perspectiva de luta dos trabalhadores as seguintes questões pela transformação social:

a) Quais seriam as determinações sociais em que se fundamentou o neoconservadorismo?

b) Qual seu impacto na estrutura da relação capital-trabalho, edificado a partir dos anos de 1930, expresso pelo sindicalismo de Estado varguista? Quais seriam os cenários possíveis para a relação capital-trabalho, dentro do novo período que se abriu e as necessidades de acumulação do capital? Qual seria a concepção de sindicalismo frente ao cenário posto pelo novo padrão de acumulação do capital, fundamentado na hiperexploração, na precarização radicalizada e na pauperização da classe trabalhadora?

Historicamente, o movimento operário e sindical tem sido um dos mais vigorosos instrumentos da classe trabalhadora no campo da luta pela consciência, visto que na sua constituição e força movimenta-se a unidade indissociável entre movimentação espontânea e organização política. Essa ideologia tem sido aplicada como política educacional proletária para formação da consciência da classe. Todavia, a crise do sindicalismo, seja do Sindicalismo de Estado varguista ou na sua forma moderna denominada Novo Sindicalismo, demonstra o esgotamento das entidades enquanto manifestação e tem reforçado o controle e coerção das classes dominantes. A dinâmica e o movimento do capitalismo a partir da crise mundial dos anos de 1970 deixa de ser dinâmico e expansivo e passa a ser autodestrutivo. A imagem devastadora criada por Joseph Schumpeter para caracterizar as crises mundiais do capitalismo como parte fundamental da inovação e desenvolvimento perdeu seu embasamento, visto que o capitalismo tornou-se incapaz de se dinamizar e se expandir, criando um processo puramente autodestrutivo. Portanto, o capitalismo tornou-se incapaz de produzir emancipação e, ao mesmo tempo, fazer qualquer concessão à classe trabalhadora. Por outro lado, a reestruturação produtiva e o neoliberalismo flexível nascido da crise de 1970 forjou um processo progressivo de destruição, inclusive da classe trabalhadora convertida em mercadoria ou força de trabalho. Portanto, a tendência tanto do Sindicalismo de Estado, quanto do Novo Sindicalismo, é a desaparição, já que sua existência depende da capacidade do capitalismo em fazer concessões e garantir direitos mínimos a classe trabalhadora, como forma de controlá-la e desorganizá-la, a partir de suas próprias entidades organizativas.

O sindicalismo fundamentado na direção-massa, de caráter burocrático e profissional, no qual as direções se perpetuam por décadas, impedem a renovação de lideranças. Portanto, a própria reorganização espontânea do sindicato tende a desaparecer, seja pela redução do número de filiados provocada pela reestruturação produtiva neoliberal que se intensifica ou pelas contradições do capital que não permite qualquer concessão à classe trabalhadora, extinguindo assim qualquer regulamentação do trabalho, inclusive o imposto sindical – base do Sindicalismo de Estado.

A configuração da nova fase de acumulação do capital fundamenta-se na desorganização completa do trabalho, enquanto forma de realização. As Contrarreformas, Trabalhista e da Previdência, conduzidas pelo Governo Golpista (PMDB-PSDB) e por Michel Temer tornaram-se a principal pauta do capitalismo mundial à periferia. Foi necessário aumentar o nível e a intensidade de extração do mais valor, como forma de se garantir as altas taxas de acumulação com as quais a burguesia costuma operar. Nesse sentido, torna-se urgente a desregulamentação forçada do trabalho, assim como era no passado. A grande diferença é que naquele processo encontrava-se em curso um processo de emancipação, com uma ideia de capitalismo expansivo e dinâmico. Diferentemente do século XXI, no qual encontra-se presente o esgotamento completo do capitalismo e de sua capacidade de dinamizar-se, expandir-se ou produzir emancipação popular

O Golpe de Estado Parlamentar-Judicial-Midiático ocorrido em 2016 teve uma finalidade, fazer uma contrarreforma na estrutura do Estado e liquidar o contrato social varguista de uma vez por todas, no qual a Constituição de 1988 e a Nova República foram uma mera reedição. Isso significa apagar o sindicalismo brasileiro, seja na sua forma tradicional do Sindicalismo de Estado ou na sua forma moderna de Novo Sindicalismo. Em suma, o Governo Golpista (PMDB-PSDB) vem encaminhando um conjunto de Emendas Constitucionais antipopulares, concretizando uma Nova Constituinte sem Constituinte, recolocando a modernização conservadora no Brasil, redesenhando o Estado Autocrático, todavia, sem qualquer vestígio de participação da classe trabalhadora, nem mesmo aquela advinda do pacto varguista. Não por um acaso o governo ilegítimo encaminhou mais de cem alterações na CLT.

Trata-se da exigência forçada de submissão, completa, irrestrita e incondicional da classe operária. O fenômeno está explícito no princípio antipopular e antidemocrático negociado sobre o legislado, em uma particularidade histórica, na qual a maioria dos 13 mil sindicatos do setor privado atuam como fiscalizadores do cumprimento da legislação trabalhista. Essas instituições não possuem nenhuma outra função, seja pelo seu tamanho e incapacidade de negociação ou pelo sindicalismo que se consolidou no Brasil. Isso significa que o destino da grande maioria desses sindicatos será o desaparecimento, na medida em que não são expressão das mobilizações de classe. Pelo contrário, são incapazes de atuar no campo de luta pela consciência de classe fundamentada na autonomia popular. Caso continuem existindo, serão forçados pelo patronato a assinar acordos de submissão completa do trabalhador. Logo, o Estado deixa de ser o controlador de tais organizações, transferindo a mediação ao patronato, com ou sem a interferência dos sindicatos nos processos decisórios, subordinando diretamente tanto os trabalhadores quanto suas organizações sindicais.

Nesse cenário, estrutura-se a transformação das questões trabalhistas em caso de polícia, ou seja, no aumento da repressão e da violência no campo das relações trabalhistas. Ao mesmo tempo, a flexibilização da jornada de trabalho institui enquanto regra o trabalho intermitente, no qual o trabalhador sem garantia assume todos os riscos e coloca a disposição do patronato sua força de trabalho somente quando solicitada. Sendo assim, a classe operária será paga somente pelas horas e/ou tempo trabalhados, sem nenhum tipo de vinculo e/ou garantia institucional. Por um lado, a precarização completa para os trabalhadores pouco qualificados; por outro, a pejotização para os trabalhadores

que tenham algum nível de qualificação. Isso significa uma estrutura de trabalho fundamentada em longas e exaustivas jornadas de trabalho, com a redução progressiva de seus ganhos. Se por um lado a CLT representa a constituição e consolidação do Sindicalismo de Estado varguista, por outro, representa a forma que o Estado Autocrático brasileiro encontrou de atender as demandas da classe trabalhadora. A classe trabalhadora perderá seus direitos, esses advindos de um nas cente movimento sindical operário, autônomo e classista, presentes no Brasil principalmente a partir da Greve Geral de 1917. Os governos golpistas tentam cooptar, neutralizar e desorganizar o nascente movimento sindical e operário brasileiro, para tanto foram feitas concessões aos trabalhadores, enquanto forma de se garantir o projeto de modernização conservadora varguista.

A Constituição de 1988 reeditou o contrato social varguista, em um contexto interno de ascensão dos movimentos sociais e de abertura da ditadura civil-militar, porém, em um contexto externo de hegemonização do neoconservadorismo fundamentado no neoliberalismo-flexível. Essa contradição operou no processo de transformismo tanto do PT quanto da CUT, como forma de se impor e garantir a agenda do capital internacional no Brasil, tanto nos anos de 1990 com um neoliberalismo **extremado** psdebista, quanto nos anos 2000 e 2010 com um neoliberalismo moderado lulopetista. Todavia, a deflagração da crise de 2008 colocou o capital em uma encruzilhada, a partir da qual não seria mais admissível qualquer concessão à classe trabalhadora, visto que o novo ciclo exigiria a intensificação da exploração do trabalho.

Isso significa a inviabilização da soberania dos regimes minimamente democráticos, criando-se um novo ciclo sócio-histórico de luta de classes, sem a construção de contratos sociais, ou seja, de consenso. O novo ciclo será marcado pela generalização da barbárie, aumento dos conflitos e da violência social. Frente a barbárie, os desafios para a classe trabalhadora são imensos:

a) Construir um sindicalismo autônomo e classista, visto que o sindicalismo cupulista, burocrático e profissional, de caráter econômico-corporativo, tanto na sua forma tradicional, quanto na sua forma moderna, não conseguem dar respostas e, tampouco, legitimarem-se frente aos trabalhadores;

b) Construir uma agenda própria, na qual possa auto-educar-se e posicionar-se de forma firme, frente à luta pela consciência, a partir de sindicalismo anti-imperialista e anticapitalista;

c) Elevar-se politicamente, culturalmente e socialmente, como forma de enfrentar o novo momento histórico de luta de classes explícita. Trata-se de criar as condições para construir uma hegemonia fundamentada no Poder Popular;

d) Constituir a unicidade sindical, a partir da constituição de uma agenda socialista e revolucionária, de tal forma a secundarizar as questões econômico-corporativas; e, ao mesmo tempo, romper com o hegemonismo, o oportunismo, o aparelhismo e o vanguardismo, enquanto expressões e vícios de sindicalismo de Estado.

A fragmentação das entidades sindicais é resultado expressões e vícios que só podem ser superados por uma via sindical autônoma, classista, revolucionária e socialista. Apostar na reedição da conciliação de classes ou no velho quanto no novo sindicalismo não é a solução para a conjuntura atual. No contexto de afirmação do neoconservadorismo e do aprofundamento do caráter destrutivo capitalista mediante a reestruturação produtiva e ao neoliberalismo flexível, apostar nos velhos modelos significa apoiar-se em um cadáver que não merece mais viver. Parafraseando Marx: Não é do passado, mas unicamente do futuro, que a revolução social do século XXI pode colher sua poesia. Ela não pode começar a dedicar-se a si mesma antes de ter despido toda a superstição que a prende ao passado. A revolução do século XXI precisa deixar que os mortos enterrem seus mortos, para chegar ao seu próprio conteúdo.

EDUCAÇÃO

"FUTURE-SE": O FUTURO COMO SINÔNIMO DE RETROCESSO!

Fábio Aparecido Martins Bezerra

Profº do Dep. de Ciências Sociais e Filosofia do CEFET - MG
Mestre em Educação Tecnológica pelo CEFET - MG (2015)

A sequência lógica e perversa desde o anúncio de cortes para custeio de despesas das Universidades Públicas e Institutos Federais anunciados pelo MEC há cerca de dois meses tem sua continuidade no Projeto de Lei que reestrutura todo o modelo administrativo das Instituições Federais de Ensino Superior (Institutos Federais e Universidades).

Batizado de "Future-se", esse Projeto de Lei representa o maior pacote de medidas que visam privatizar e restringir o potencial da pesquisa e extensão dos Institutos Federais e das universidades públicas no Brasil, restringindo-os à condição de prestadores de serviços a empresas privadas e até mesmo ao mercado especulativo. Sob o pretexto de manter investimentos sociais nas universidades e assegurar o seu "compromisso com a sociedade", "mantendo o respei to à autonomia universitária", o ministro da Educação, Abraham Weintraub, apresentou uma série de medidas que celebram a privatização das IFES, através de contratos de gestão privados, criação de fundos patrimoniais, promoção e concessão de créditos para startups e cessão de espaços públicos para a propaganda de empresas como se aquele espaço se tornasse propriedade particular

Com uma mão, o Governo Bolsonaro e seus lacaios criminosamente retiraram recursos de custeio, sob o pretexto do contingenciamento causado pela crise econômica, aprofundando, ainda mais, o sucateamento das IFES que vem sendo diuturnamente agredidas. Com a outra mão, por sua vez, oferece "generosamente" às IFES o modelo de parcerias Público-Privadas, submetendo na prática a perda de autonomia política em avaliar e decidir quais e como se processarão pesquisas e políticas de extensão, promovendo uma drástica inversão do sentido e do compromisso que as IFES vêm desenvolvendo há cerca de 80 anos no país.

Essa proposta teve um precedente que no passado abriu a porteira para a privatização da ciência e do desenvolvimento tecnológico, quando em Janeiro de 2016, ainda no Governo Dilma Rousseff, foi promulgado o Marco Regulatório da Ciência e Tecnologia, que, em suma, flexibilizava e regulamentava as condições para o estabelecimento de parcerias com empresas privadas via Organizações Sociais (OS) para a administração de laboratórios, centros de pesquisa e desenvolvimento e projetos de extensão, transformando as IFES em incubadoras de excelência para investimentos que teriam a produtividade dos projetos como principal finalidade.

Segundo o projeto "Future-se", a partir da consolidação de startups uma escalada de projetos de pesquisas e de extensão voltados para os interesses do capital (empreendedorismo, inovação técnica e tecnológica sob perspectiva produtivista, por exemplo) potencializarão a constituição de professores sócios e/ou coautores dessas parecerias que poderão receber via Organização Social (OS) recursos à parte, veiculando laboratórios, projetos e recursos humanos aos interesses empresariais.

Mesmo que alguns advoguem a tese de que não se está autorizando a cobrança de mensalidades (ainda), a privatização das IFES está em curso acelerado com esse projeto e certamente abrirá precedentes para no futuro próximo justificar a cobrança de mensalidades. Essa questão inclusive deve ser reforçada e devidamente contextualizada, pois na grande mídia a propagação da proposta busca criar uma falsa ilusão de que o caráter público das instituições estaria preservado. Entre os critérios de manutenção dos cursos, para aquelas instituições que se vincularem ao "Future-se", o MEC estipula um percentual mínimo de permanência nos cursos de graduação. Muito provavelmente diversos cursos receberão recursos provenientes desse fundo privado para o custeio de bolsas aos estudantes que se vincularem aos programas mantidos pela OS.

Na prática, cursos que não conseguirem celebrar esses convênios (por exemplo, cursos de Ciências Humanas) terão maiores probabilidades de não atingir as metas mínimas estipuladas, possibilitando dessa forma o consecutivo fechamento do curso em curto prazo.

Estamos diante de um dos maiores, se não o maior, ataque que as IFES já sofreram nesses últimos anos e estamos convencidos de que a ampla e irrestrita unidade de todos os segmentos que compreendem as ameaças em curso deve ser um dos esteios de nossa resistência e mobilização contra o desmonte e o fim dos Institutos Federais e das Universidades Federais. Esse projeto não traz futuro algum às IFES a não ser a capitulação à lógica neoliberal e ao desmonte de um patrimônio que ainda é referência mundial em política pública que envolva ensino, pesquisa e extensão.

É importante destacar que nem a Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), nem a União Nacional dos Estudantes (UNE), o CONIF ou o ANDES-SN, ou o SINASEFE, entre outras entidades nacionais que representam os segmentos que compõem as IFES, foram consultadas sobre projeto que trará imediato impacto na vida administrativa e na função social das IFES. Para se ter uma ideia da forma autoritária e acossada como esse projeto recai sobre as IFES, foi criado um embuste de consulta pública na página do MEC que sequer possibilita ao internauta se posicionar claramente em oposição ao projeto!

Nos últimos meses, milhares de estudantes, servidores e pais saíram às ruas em defesa do real futuro das IFES e demonstraram a disposição na luta pela defesa desse patrimônio histórico. Agora, mais uma vez, estamos desafiados a demonstrar a nossa capacidade de mobilização, de convencimento e de resistência a mais uma tentativa de golpear e aniquilar a educação pública no Brasil!

ENTREVISTA

POR ARIEL FRANCO

PROFª AGUSTINA ROSA ECHEVERRÍA

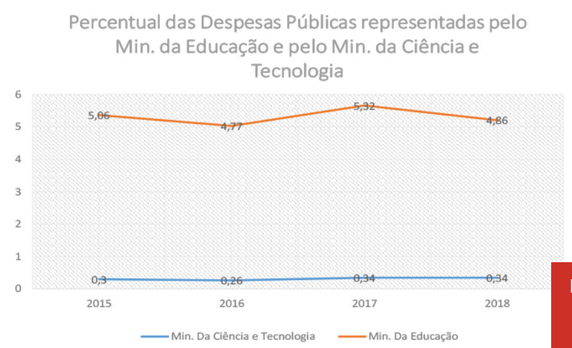
Titular no Instituto de Química da UFG

Agustina Echeverría, professora titular do Instituto de Química da Universidade Federal de Goiás, concedeu entrevista para o **Jornal do Sintef-GO**, em que analisa o cenário enfrentado pela educação, a ciência e a tecnologia brasileiras. Fazendo uma retomada desde os ex-governos petistas até o período atual, Agustina Echeverría afirma que o momento político que vivemos é de aprofundamento radical de uma política neoliberal que já vinha sendo aplicada, de forma moderada, desde o último governo Dilma Rousseff pelo menos. Isso se reflete na asfixia e redução do financiamento público para a educação e a ciência, em detrimento da abertura ao capital privado e formas privadas de gestão das escolas, universidades e institutos.

A professora também analisou o momento de obscurantismo e negação da ciência e suas conquistas por qual estamos passando, e endossou que é preciso retomar o papel intelectual e o espírito crítico radical da academia brasileira, diminuindo seu caráter pronunciadamente operacional.

P. Há pelo menos cinco anos, o orçamento anual destinado pelo governo à educação vem sofrendo cortes ou redução do montante. Em 2015, a ex-presidente Dilma cortou cerca de 12 bilhões do orçamento do MEC e, no ano seguinte, a EC 95, aprovada por Michel Temer, autorizou o congelamento dos investimentos do governo federal pelo prazo de 20 anos. Quais interesses, objetivos e agentes a senhora avalia que estão por trás disso?

R. De fato, os cortes começaram no governo da presidente Dilma e se agudizaram no governo Temer. E os cortes não foram somente na Educação, aconteceram também em outras áreas, como nos ministérios da Saúde e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. No documento do PMDB de 29 de outubro de 2015 intitulado "Uma Ponte para o Futuro", no qual o PMDB sinaliza as futuras ações, prevendo o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, não há a palavra ciência uma única vez em 19 páginas! Não se trata de uma "Ponte para o futuro", mas de uma "larga estrada para o passado...".



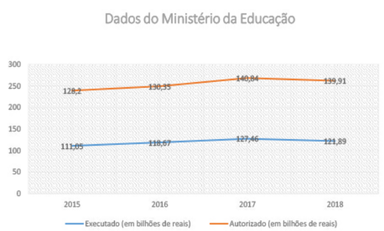
Com o governo Bolsonaro esse quadro piorou. Então, o que está por trás de tudo isso é mais do que o sucateamento da educação e a subordinação aos interesses do mercado. É a execução de um projeto que coloca o Brasil, definitivamente, no conjunto de nações dependentes em ciência e tecnologia com as implicações que disso redundam.

P. Qual a importância da defesa da liberdade de cátedra e da autonomia docente na atual conjuntura, em que se vive com cortes na educação, projetos anti democráticos como o "Escola sem Partido" e um questionamento cada vez maior da própria ciência e suas conquistas?

R. Primeiramente penso que devemos questionar a natureza da assim denominada "liberdade de cátedra". Propagou-se na universidade brasileira – claro que não se deve generalizar - um padrão academicista anti-intelectual e operacional que impede o espírito crítico e reveste a atividade acadêmica da ilusão da liberdade de cátedra. No máximo, o que acontece - parafraseando o professor Nildo Ouriques, da UFSC – é que os professores/pesquisadores universitários se transformem em "assessores de políticas públicas", na ilusão de estarem exercendo o pleno exercício da liberdade intelectual. O que é um intelectual? É aquele sujeito que pensa criticamente a partir da realidade. E em momentos como o que estamos vivendo, em que está em perigo o próprio destino das instituições federais de ensino superior brasileiras, o que devemos resgatar e defender é a capacidade analítica radical (de raiz) dos acadêmicos brasileiros. Precisamos analisar a realidade na qual as universidades e os institutos estão inseridos e a partir dessa análise nos posicionarmos.

Neste primeiro semestre convivemos com uma sequência de ataques: cortes em bolsas de pesquisa, congelamento dos repasses a todas as Instituições Federais de Ensino e apresentação de um projeto, chamado "Future-se", por parte do Ministério da Educação, que abre margem para a privatização da administração das Instituições de Ensino Superior (IES). Como, num cenário tão regressivo, avançar na defesa da pauta de uma educação que não seja apenas laica, pública e gratuita, mas também popular e unitária?

Como já assinalei, o momento que estamos vivendo é de intolerância de todo tipo, de aumento da violência e de perda sistemática de conquistas históricas. Nesse contexto, não é tarefa fácil "avançar numa pauta em defesa de uma educação laica, pública, gratuita e popular". Primeiramente, porque no seio das próprias IES há professores que defendem o projeto político do atual governo. A diversidade de ideias é sempre salutar, mas em momentos de crise, de alta tensão política, a diversidade de ideias pressupõe o embate, o confronto, pressupõe "ter lado" (às vezes "encontrar o lado" na discussão). É esse debate que devemos promover e enfrentar. Não vejo outro caminho. Infelizmente, nos últimos anos temos assistido a um processo de desmobilização social em todos os âmbitos. As reuniões dos nossos conselhos (os mais variados) têm se transformando no cumprimento de longas e tediosas pautas de assuntos burocráticos que só empobrecem o debate. Teremos que incluir a discussão e a tomada de posição sobre os nossos destinos nessas pautas.



P. No cenário atual, em que o Estado reduz ainda mais os já baixos recursos públicos destinados à produção científica, como a professora avalia que ficará a geração de conhecimento e de produtos que melhorem o nível de vida das pessoas, ajudem o meio ambiente, expandam a fronteira humana de conhecimento do mundo e do universo, etc?

R. Em primeiro lugar, é importante frisar que a ciência é uma produção humana que fará bem ou mal dependendo do que tipo de relações em que estiver inserida; não necessariamente gerando produtos que melhoram a vida das pessoas. Mas, respondendo diretamente à pergunta, vou falar das ciências da natureza – que é de onde eu venho - e que tiveram no século XX um desenvolvimento sem precedentes e mudaram a história da humanidade.

Temos que reconhecer também que o Brasil é um país de capitalismo dependente, o que significa dizer que é dependente em ciência e tecnologia de outros países e centros de pesquisa mais desenvolvidos. Embora existam nichos importantes de produção científica e o Brasil se encontre num lugar de destaque na produção de artigos científicos, isso não invalida o fato da dependência científico-tecnológica. O Brasil exporta commodities e importa ciência e tecnologia. No PIB brasileiro o que pesa são produtos de baixo valor agregado.

Essa dependência também faz parte de um projeto político. Há dados muito significativos que atestam isso. Em 2008, no auge da crise econômica mundial, o primeiro ministro chinês, Li Keqiang, anunciou que em "função da crise" a China teria um crescimento desacelerado, mas que haveria um aumento de 26% dos investimentos em pesquisa básica. Não iremos entrar em detalhes sobre a China, mas está claro que enquanto o governo brasileiro promove cortes sistemáticos em pesquisa científica, a China a incrementa no meio da crise. Tratam-se de projetos políticos diferentes.

Veja alguns dados: Brasil investe menos de 1% do PIB (Produto Interno Bruto); EUA (até 2018) 2, 7%; União Europeia (acordo entre os países até 2010) 3%; Israel 4%. (um dado interessante: Israel é o país que mais cientistas per capita tem no mundo).

Em 2017, Luiz Davídovitch, presidente da Academia Brasileira de Ciências declarou: "O Brasil está vivendo a pior crise científica de todos os tempos". Em que redundaria –e está redundado - isso? Bolsas de pós-graduação cortadas, laboratórios sucateados e fuga de cérebros.

A ciência brasileira, sua contribuição e seu futuro devem, enfim, ser entendidos pela comunidade acadêmica no contexto da política geral. É disso que se trata.

P. Qual o papel, falando agora em nível macro, que as instituições de ensino devem desempenhar na resistência ao projeto político do bolsonarismo? Quais as suas perspectivas?

R. Como já apontei acima, é importante entender que as IES não são lugares de consensos. Há grupos importantes que apoiam a atual política (o Bolsonaro não é presidente por acaso). Por isso, a luta de nós que resistimos ao atual projeto passa, em primeira instância, por um debate interno, inserido por sua vez num debate político geral. Ou qualificamos politicamente o debate, na perspectiva de uma análise crítica que permita uma nova práxis, ou sucumbiremos ao atual projeto político.

BIOGRAFIA POR ARIEL FRANCO

MARIELE FRANCO

Vereadora defendia os oprimidos: das mulheres negras aos policiais vítimas da guerra às drogas

Em dia 14 de março de 2018, por volta de 21h30, na região central do Rio de Janeiro, um carro com o motorista Anderson Gomes e a vereadora Marielle Franco foi alvejado por homens dentro de um Cobalt prata. Ambos morreram. Marielle acabara de sair de uma roda de conversa com mulheres negras na Lapa, voltava para casa e foi perseguida e morta com 4 tiros, junto de seu motorista, Anderson. Um ano após sua morte, as investigações continuam sem dar respostas concretas sobre quem os matou, a mando de quem e com quais interesses.

Marielle Franco era formada em Ciências Sociais pela PUC-RJ e mestre em administração pública pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com a tese "UPP – A redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro". Militava pelos direitos humanos desde 2000, quando teve uma amiga morta em uma troca de tiros na Favela da Maré. Além do apoio às causas de minorias, como as mulheres e as LGBTs, Marielle se notabilizou por trabalhar junto do deputado federal Marcelo Freixo, também do PSOL, na coordenação da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, onde lutou contra a atuação das milícias, pela legalização do aborto e na prestação de auxílio jurídico e psicológico a familiares de vítimas de homicídios ou policiais vitimados.

Marielle foi símbolo da luta da população negra, pobre e periférica pelo reconhecimento de existir, resistir e ter seus direitos reconhecidos, tendo sido morta por suspeitos de envolvimento com as milícias lideradas por ex-comandantes do BOPE e da PMERJ, numa situação de intervenção federal, onde a segurança pública do estado encontrava-se liderada e tutelada pelas Forças Armadas.

No início de 2019, descobriu-se que Danielle Mendonça da Costa da Nóbrega e Raimunda Veras Magalhães, esposa e mãe, respectivamente, de Adriano Magalhães da Nóbrega, ex-capitão do BOPE suspeito no assassinato da ex-vereadora, foram funcionárias comissionadas do gabinete de Flávio Bolsonaro, filho do presidente Jair Bolsonaro, quando ainda era deputado estadual na Assembleia do Rio (Alerj). Ambas trabalharam por mais de 11 anos com Flávio, recebendo um salário de R$ 6.490,35. O PM do BOPE é investigado, além do assassinato, também por possuir vínculos com a milícia carioca da Favela de Rio das Pedras chamada de "Escritório do Crime" ao lado de outros políticos, como o deputado estadual Domingos Brazão (MDB). Flávio Bolsonaro, a despeito das suspeitas que recaem sobre Adriano da Nóbrega, condecorou-o com a medalha Tiradentes, a mais alta honraria da Alerj, quando era investigado pela participação numa chacina de cinco adolescentes na Baixada Fluminense, em 2003.

No dia 12 de março deste ano, operação conjunta entre o Ministério Público do Rio de Janeiro, Polícia Civil e um destacamento secreto de investigadores da Polícia Federal, chegou aos prováveis assassinos: Ronnie Lessa – ex-capitão do BOPE, sargento reformado, matador de aluguel de grupos milicianos e vizinho de condomínio de Jair Bolsonaro, Élcio Queiroz – motorista do carro de onde partiram os tiros e ex-policial militar, além de Alexandre Mota de Souza – amigo de Lessa, em cuja casa foram encontrados 117 fuzis falsificados e desmontados. No entanto, a investigação e a dúvida sobre quem mandou matar Marielle continuam

A ex-vereadora se tornou um ícone da conjuntura atual vivenciada no Brasil, com brutais ataques aos direitos da classe trabalhadora, ferindo especialmente seus setores mais fragilizados e historicamente explorados, como as mulheres negras e LGBTs. Jogou luz também no possível envolvimento dos atuais chefes do governo federal com as milícias cariocas, responsáveis por grilar terras e dominar comunidades através da corrupção, extorsão, formação de currais eleitorais e tráfico de drogas e armas. Sua execução mobilizou diversos atores nacionais e internacionais a homenageá-la e cobrar explicações pela celeridade da investigação, a exemplo da Anistia Internacional, a ONG Human Rights Watch, a Cruz Vermelha e o Escritório de Direitos Humanos da ONU. As homenagens vieram da turma de formandos de diplomatas de 2018 do Instituto Rio Branco, autodenominada "Marielle Franco", e da bolsa de estudos "Marielle Franco", do Programa de Estudos Latino-Americanos (LASP) da Escola de Estudos Internacionais Avançados (SAIS) da Universidade Johns Hopkins, nos Estados Unidos.

Por fim, Marielle representa, antes de tudo, um infeliz número estatístico num dos países que mais mata ativistas e militantes dos direitos humanos; liderando, inclusive, o ranking de mortes de militantes de luta pela terra, meio ambiente e direitos dos povos originários elaborado pela ONG britânica Global Witness. A morte de Marielle também prenuncia uma realidade que poderá aumentar ainda mais nos próximos anos, com o fortalecimento de instrumentos paramilitares e paraestatais de coerção e execução de lideranças políticas, como vêm se expressando, por exemplo, com o decreto que facilita a aquisição e porte de armas e a atenuação das punições para quem comete crime de assassinato, trazidas pelo Pacote Anti Crime do atual ministro da Justiça, Sérgio Moro.

Marielle Franco - foto por Renan Orlaz Câmara Municipal do Rio de Janeiro

DIREITOS HUMANOS

MOVIMENTO INDÍGENA EXPRESSA A FORÇA POLÍTICA DA CULTURA ANCESTRAL DIANTE DA VIOLÊNCIA DO ESTADO E DO CAPITALISMO

Taise Quadros

"Pisa ligeiro, Pisa Ligeiro,
quem não pode com a formiga,
não assanha o formigueiro!"

As sociedades originárias do Brasil foram assuntos de poetas e de militares. Não foram tema de destaque da história, pois como rezava a cartilha desde o oitocentos: os povos indígenas não teriam a dita cuja, a tal História com "H". No entanto, a política de extinção não foi apenas discursiva e, se a catequese, apresamento e escravização não foram suficientes do XVI ao XIX, no alvorecer da República, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), como aponta a recente obra de Rubens Valente Soares intitulada "Os Fuzis e as Flechas" (2017), se empenhou em toda sorte de violências no seu projeto eufemístico de "integrar" e "localizar trabalhadores nacionais".

Na década de 1970, sob o controle da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), vivendo subjugados a uma política de tutela, surgiria o movimento contemporâneo de reivindicações e de luta dos indígenas. O então Presidente da FUNAI, Romero Jucá, defendia a "emancipação do índio aculturado". Na prática, o projeto de Jucá levaria à extinção, aos olhos legais do Estado, de uma parte significativa das populações reconhecidas como indígenas, que perderiam também o direito às suas terras. Essa proposta, que afetaria milhares de indivíduos, causou grande comoção junto aos grupos de indigenistas comprometidos com essas populações. Estes, em diálogo com lideranças indígenas passaram a construir uma rede de debates que aproximaria indígenas de diferentes povos, o que levou a organização e emergência do protagonismo indígena expresso na União das Nações Indígenas (UNI), conhecida no contexto da Constituinte de 1987 como UNI.

Os indígenas conseguiram a aprovação dos Artigos 231 e 232 da presente Constituição, nos quais se afirma o direito aos seus usos e costumes, bem como os meios para a manutenção de sua cultura. Garante-se, assim, que possam exercer e fortalecer suas sociedades. Com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 1989, do qual o Brasil é signatário, garantiram o direito à consulta a todo e qualquer projeto que interfira nas terras de que são usufrutuários legítimos em razão de seus direitos originários. Superam, com isso, a tutela e conquistam a rompimento de um modelo de Estado expansionista e colonizador, sendo afirmadas as bases para a construção do Estado pluriétnico, democrático, cidadão e popular.

Conforme a Constituição, as terras indígenas deveriam ter sido totalmente demarcadas até cinco anos após sua promulgação. O que temos visto, no entanto, é a negação, por parte do Estado, dos direitos indígenas conquistados. A política da omissão tem levado à confrontos cada vez mais violentos, como o que ocorreu no Maranhão, na cidade de Viana, em abril de 2017, quando 30 índios gamelas foram atacados a paus, balas e facões por uma multidão de mais de 200 pessoas, acusando-os de supostamente serem "invasores de terras". O confronto terminou com 22 indígenas feridos, sendo cinco com tiros de raspão e dois com a mão amputada.

Os indígenas ainda são ignorados por uma parte da sociedade, exoticamente lembrados no folclórico dia do índio e celebrados como "coisa do passado" por boa parte de nossa sociedade, as reivindicações dos povos indígenas não são consideradas pelos partidos políticos e sequer são reconhecidas e problematizadas por significativa parte da esquerda brasileira. Assim, vale indagar se é possível tratar como "passado" uma diversidade de povos que, segundo o Censo do IBGE de 2010, somam 896.917 mil indivíduos. Número, este, talvez subestimado, tendo em vista que, segundo a publicação do Instituto Sócio Ambiental (ISA) "Povos Indígenas no Brasil (2011-2016)," a metodologia não incluiu terras em processo de identificação ou sem portaria declaratória do Ministério da Justiça.

Em 2019, houve a 15º edição do Acampamento Terra Livre (ATL), que reuniu aproximadamente 4.000 mil indígenas de mais de 150 etnias na Esplanada dos Ministérios para reivindicar ao Estado brasileiro a demarcação das Terras Indígenas e o fim da violência, da criminalização e discriminação aos povos originários. Organizados em grupos locais e regionais, os diferentes indígenas do Brasil possuem culturas ancestrais que, em 500 anos de genocídio e etnocídio, não foram exterminadas. Defendem o respeito pela terra e representam projetos sociais de sustentabilidade já praticados em suas tradições e presentes em suas tecnologias. Nesse sentido, confrontam o capitalismo e resistem ao projeto de aniquilamento cultural e identitário. Negam-se a abandonar suas terras e a esquecer o respeito que guardam por seus rios e montanhas. Sem esquecer de suas origens, têm cada vez mais dominado os códigos dos não-índios, e seguido as mais diversas carreiras. Não deixam por isso de serem indígenas. Enfrentam com suas vidas a máquina econômica internacional que enriquece produzindo pobres e indivíduos culturalmente indigentes. Reivindicam direitos coletivos por terras e autonomia frente ao sistema econômico mundial para definirem os rumos de suas culturas conforme seus interesses comunitários. Constituem a mais legítima luta por soberania e direitos nesse território, sem a qual nenhuma democracia poderá existir.

Em face dessa realidade, faço minha as palavras do sábio Ailton Krenak: "no dia em que não houver lugar para o índio no mundo, não haverá lugar para ninguém".

foto por Agência Brasil

JORNAL DO SINTEF-GO, GOIÂNIA, SETEMBRO DE 2019

REPORTAGEM

DO GOLPE DE ESTADO À GREVE GERAL DE 14 DE JUNHO: O PROCESSO DE AVANÇOS E RECUOS NA REARTICULAÇÃO DO MOVIMENTO POPULAR NO BRASIL

Ariel Franco

Reportagem especial da Comunicação do Sintef-GO relembra o histórico de lutas que vem se desencadeando desde o golpe parlamentar de agosto de 2016 até o momento presente.

O primeiro semestre de 2019 se encerrou e, com ele, os primeiros vislumbres de como a classe trabalhadora e a juventude estão se organizando para defender seus interesses no governo Bolsonaro. As manifestações estudantis 15 e 30 de maio, seguidas da Greve Geral da classe trabalhadora de 14 de Junho, arrastaram milhões de pessoas às ruas, paralisaram a produção e circulação de mercadorias por um dia e foram os primeiros movimentos de resistência popular e de massa ao atual governo, formado numa ampla e heterogênea coalizão política hegemonizada por setores militares, neopentecostais e do Poder Judiciário.

Essa coalizão, atualmente dirigindo o governo federal e diversas assembleias legislativas estaduais e câmaras municipais, representa, no nosso cenário nacional, uma fração de movimentos similares que estão em alta no mundo todo. O exemplo mais manifesto da extrema-direita em ascensão, talvez, seja o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. No entanto, cabe destacar que as formas de expressão e comportamento político das forças reacionárias pelo mundo não são as mesmas nos países de capitalismo central e nos de capitalismo periférico.

Os EUA, por exemplo, promovem políticas como a restrição de direitos humanos básicos para imigrantes e refugiados, flexibiliza os instrumentos jurídicos de proteção ambiental, promove uma guerra comercial com a China para minar sua maior nação adversária, no campo ideológico e político etc; mas, simultaneamente, busca reforçar a produção industrial local, para gerar empregos, reduzir a capacidade ociosa da economia e aumentar a massa salarial em circulação.

No Brasil e em países de capitalismo periférico, tal qual a Argentina, o avanço de políticas neoliberais significa, em geral, desinvestimento público, aumento da capacidade ociosa da economia, enfraquecimento da proteção jurídica às relações de trabalho, superexploração dos trabalhadores com diminuição da média salarial per capita e hipertrofiamento de instrumentos jurídicos e policiais estatais e paraestatais; no sentido de tutelar as correlações de força na disputa política na sociedade, em favor do neoliberalismo e de suas expressões políticas. A organização das forças populares e movimentos de luta em nosso país, portanto, segue uma lógica própria, condicionada por todos esses elementos mencionados.

A constituição da Frente Ampla

A Greve Geral de 14 de Junho, as manifestações estudantis de maio e o 1º de Maio unificado foram construídos e catalisados por uma crescente organização unitária e ampla entre as forças progressistas, democráticas, revolucionárias e humanistas do país, que vêm buscando, ainda que de forma incipiente, atuarem de forma articulada. Como exemplo disso tivemos a atuação do Fórum das Centrais Sindicais, que organizaram o 1º de Maio unificado este ano, um fato inédito na história das manifestações da data e, posteriormente, a Greve Geral de 14 de Junho. Outro exemplo que reforça essa perspectiva, foi a construção das manifestações em defesa da educação e contra os cortes nas universidades, articulada entre movimento estudantil e sindicatos de trabalhadores da educação.

Essas movimentações dos setores populares, agregando não só centrais sindicais e entidades estudantis, mas também partidos políticos, coletivos e movimentos sociais e religiosos, é um passo importante na constituição de uma Frente Ampla de massas, que atue em unidade de ação e programática contra as medidas radicais de austeridade neoliberal e endurecimento dos braços jurídico, policial e penal do Estado.

A constituição dessa Frente vem ocorrendo, com avanços e recuos, a partir das medidas implementadas pelo governo Temer logo após o golpe parlamentar de 2016, quando, em poucos meses de governo, o ex-presidente anunciou que reformaria a CLT e a seguridade social, atacando sólidos e históricos direitos conquistados pela classe trabalhadora. Além disso, realizou a Reforma do Ensino Médio, a PEC do Teto, propôs instituir-se piso salarial de R$ 5 mil para todas as carreiras do serviço público, autorizou o corte de ponto de servidores federais quando estiverem em greve, entre outra série de ataques.

A velocidade e a intensidade dos ataques do governo Temer, além da forma ilegítima como tinha ascendido ao poder, mobilizou um conjunto de forças populares que, até então, estavam há décadas atuando de forma fragmentária e dividida, a se unirem em amplas organizações e mobilizações de caráter nacional. Os primeiros sinais de resistência vieram do movimento estudantil, que protagonizaram, a partir dos colégios públicos do Paraná, a maior onda de ocupações de escolas e universidades da história do país, atingindo mais de 1.200 instituições de ensino.

A luta estudantil, que se iniciou contra a Reforma do Ensino Médio, rapidamente ganhou alianças e contornos políticos mais amplos, com a entrada na agenda do Congresso da draconiana PEC do Teto de Gastos, incorporando à luta os sindicatos e movimentos sociais. Como ápice desse momento histórico, tivemos as duas Marchas à Brasília, que mobilizaram milhares de pessoas de todas as partes do país na capital federal, nos dois dias de votação da PEC no Senado (29 de novembro e 13 de dezembro de 2016). Ambas ficaram marcadas pela extrema truculência policial, com dezenas de detidos e uso abusivo dos chamados instrumentos para controle de distúrbios civis (bombas de gás, bala de borracha, spray de pimenta, tasers) etc.

A entrada de 2017 trouxe a entrada oficial na agenda do Legislativo das Reformas da Previdência e Trabalhista, consolidando a unidade de ação entre as centrais sindicais, mesmo de matizes ideológicos opostos. Em 15 de março, no esteio das manifestações do Dia Internacional da Mulher, houve o Dia Nacional de Luta contra as Reformas, que arrastou mais de 1 milhão de pessoas às ruas do país; o protesto de Goiânia reuniu cerca de 15 mil manifestantes.

O grande dia, contudo, foi a Greve Geral de 28 de abril, que mobilizou 35 milhões de pessoas em 254 cidades, incluindo todas as capitais. A greve conseguiu paralisar eficientemente

todos os modais de transporte, de motoristas de ônibus e metroviários de diversas capitais, a estivadores portuários, aeronautas e aeroviários, gerando um efetivo travamento da economia. O significado político principal dessa Greve, contudo, foi a reinauguração dos movimentos paredistas nacionais de massa, que estavam adormecidos, especificamente, desde 12 de dezembro 1986, quando houve uma grande greve geral contra o Plano Cruzado 2, do governo de José Sarney.

A Greve serviu de estopim para o Ocupa Brasília, uma caravana nacional de 100 mil pessoas que tomou a capital federal no dia 24 de maio daquele ano, numa grande marcha que se iniciou no Estádio Mané Garrincha e foi até o Congresso Nacional. Esse dia marcou o ápice dos tensionamentos entre a classe trabalhadora e os aparelhos repressivos do Estado. Os confrontos, que já tinham ocorrido nas manifestações contra a PEC do Teto e na Greve Geral, elevaram substancialmente de nível e fizeram vítimas.

A repressão policial se iniciou tão logo a marcha se aproximou de um cordão de contenção montado no gramado do Congresso, a cerca de 500 do prédio. A Cavalaria, Tropa de Choque e helicópteros da PM-DF, atuando em conjunto com o Exército e a Força Nacional - que agiram respaldos pelo decreto de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), que autoriza as Forças Armadas a serem empregadas em atividades-fim de segurança pública - utilizaram-se fartamente de bombas de gás lacrimogêneo, balas de borracha, spray de pimenta e até de munição letal para reprimir a manifestação.

O saldo ao final do dia, após confrontos que se estenderam por mais de seis horas, foi o estudante Vitor Rodrigues Fregulia com três dedos da mão decepados por uma bomba, o pedreiro Clementino Nascimento Neto cegado no olho esquerdo por uma bala de borracha, e o segurança e auxiliar de serviços gerais aposentado, Carlos Geovani Cirilo, com o maxilar destruído por um projétil letal. Além disso, os Ministérios da Agricultura e da Fazenda foram incendiados, e os da Educação; Cultura; Ciência e Tecnologia; Minas e Energia; Integração Nacional; Turismo e o do Planejamento foram apedrejados e tiveram papéis e computadores destruídos.

O rumo mais geral do processo social, político e histórico, no entanto, foi positivo, pois o Ocupa Brasília de 24 de maio de 2017 significou uma grande e massiva ação conjunta e classista de uma gama de setores dos movimentos populares, estudantis e, sobretudo, de trabalhadores, unificada nas pautas da defesa dos direitos trabalhistas e previdenciários. Categorias como policiais (civis, militares, federais, bombeiros e agentes penitenciários), por exemplo, compuseram um bloco de centenas de pessoas que marcharam lado a lado com os demais trabalhadores.

A manifestação, que mobilizou caravanas de diversos estados de todas as regiões do país, foi fruto de uma construção coletiva que foi sendo costurada na própria dinâmica da luta, agregando uma miríade de setores que, como já foi falado, há décadas atuavam politicamente em oposição ou isoladamente uns dos outros. Além disso, na mesma semana da manifestação, tinham sido divulgados os áudios em que um dos executivos da JBS, Joesley Batista, conversava com Michel Temer o pagamento de propina a Eduardo Cunha, já preso na época, para que ele não denunciasse esquemas de corrupção do governo nas delações premiadas, em que Temer respondia "tem que manter isso". As condições, pois, eram as mais promissoras para o fortalecimento da unidade de ação da classe trabalhadora.

E foi com essa maré favorável que as centrais decidiram por convocar uma nova greve geral, dessa vez para o dia 30 de junho, com a pauta principal de barrar a Reforma Trabalhista, que tramitava a toque de caixa no Congresso.

O texto, que trazia mudanças profundas nas relações de trabalho - autorização para grávidas e lactantes trabalharem em locais insalubres, negociação entre patrão e empregado ter valor jurídico superior ao da legislação trabalhista, custo com honorários para o trabalhador que perder suas ações na Justiça do Trabalho, etc - tinha também um ponto que serviu de canto da sereia para as grandes centrais: o fim do imposto sindical.

Atraídas por uma sinalização do governo de que haveria a retirada de tal ponto do texto final da Reforma, as grandes centrais recuaram para o dia 30, mudando inclusive seu nome, de "greve geral" para "dia nacional de mobilização". O resultado foram manifestações muito esvaziadas em relação as que vinham ocorrendo, e setores estratégicos à eficiência de qualquer greve, como os transportes públicos, funcionaram normalmente. Como resultado, 11 dias depois, em 11 de julho, o texto da Reforma Trabalhista foi sancionado integralmente pelo ex-presidente Michel Temer.

A greve traída - em nossa leitura - não teve como resultado apenas a facilitação da aprovação de uma medida que foi o mais profundo e radical golpe nos instrumentos jurídicos e estatais de proteção ao trabalhador, mas também gerou um refluxo no processo de organização popular que vinha numa ascendente desde as ocupações estudantis de outubro de 2016. O segundo semestre de 2017 viu um arrefecimento nas grandes manifestações de rua, e o movimento sindical e popular atuando de forma mais ou menos isolada, de acordo com suas reivindicações imediatas (embora todas estivessem vinculadas, em maior ou menor medida, aos ataques perpetrados pelo governo).

manifestação dia 15 de julho - foto por Ariel Franco

Esta toada branda da luta, que se iniciou após a desmobilização da greve geral de 30 de junho, adentrou 2018 e foi potencializada pelo enfraquecimento político de Temer, já envolto em denúncias de corrupção, marcado pela pecha de golpista e ilegítimo, e precisando comprar votos no Congresso para escapar de um processo de impeachment. Como resultado final de sua derrota, decretou intervenção federal no Rio de Janeiro, travando a agenda legislativa e ma tando de vez a PEC 287, jogando a responsabilidade pela Reforma da Previdência para o próximo presidente.

Desta forma, as lutas sociais, que até então vinham se organizando em torno de programas e pautas mínimos, foi engolida pela disputa político-eleitoral que envolveu, polarizou, dividiu, expôs e aprofundou fraturas em toda a sociedade brasileira a partir do segundo semestre. A Reforma da Previdência, que, junto da Reforma Trabalhista e da Emenda Constitucional 95, completaria o último pilar do tripé do maior projeto de austeridade que um governo brasileiro já ousou implementar, estava temporariamente suspensa.

Austeridade sob a Farda

Alçada à chefia do Poder Executivo numa eleição que se caracterizou por se transformar num "plebiscito sobre o PT", a chapa encabeçada por um capitão reformado do Exército e um general da reserva foi eleita num pleito que opôs frações críticas radicais e de direita ao projeto petista, por um lado, e uma frente heterogênea de esquerda que não conseguiu se contrapor ideológica e hegemonicamente às frações de direita no 1º turno, fechando-se em torno da candidatura petista de Haddad no 2º num processo de Frente Ampla.

Por detrás disso, dando suporte ao retorno oficial das Forças Armadas como parte integrante da direção do Executivo, houve uma coalizão pragmática, unificada em torno da agenda neoliberal, porém dividida em termos ideológicos, entre os líderes das grandes lojas do varejo, do agronegócio, dos bancos, dos grandes grupos neopentecostais e, por fim, da concordância tácita dos oligopólios de mídia, que optaram por não atacar direta e frontalmente o então candidato Bolsonaro mesmo diante de evidências que macularia sua imagem de político honesto e "anti-sistêmico", como o aumento de patrimônio imobiliário incompatível com seus vencimentos e denúncias de Caixa 2 no financiamento de disparos em massa de propaganda política por redes sociais.

A primeira manifestação pública de que um setor importante da burguesia, o agronegócio, representado pela Sociedade Rural Brasileira (SRB), não optaria por um político tradicional, identificado com o "sistema", tal qual fora Temer, tal qual postulava a ser Alckmin, Meirelles ou Álvaro Dias, foi quando o presidente da SRB, Frederico D'Ávila, ex-assessor de Geraldo Alckmin, declarou que o Brasil precisava de um piloto de caça, como Bolsonaro, e não de um de Boeing, como Alckmin.

Tal entrevista, concedida à Folha de São Paulo e publicada em 29 de abril do ano passado, foi o primeiro sinal claro de um setor importante da economia de que seu candidato estava escolhido, quatro meses antes da corrida eleitoral se iniciar oficialmente. D'Ávila veio a ser formulador do programa de governo de Bolsonaro para o campo, e um dos porta-vozes mais influentes na defesa do armamento de produtores "contra roubos e invasões". Nas eleições, se candidatou a deputado estadual em São Paulo pelo PSL e veio a ser eleito.

Os demais setores da burguesia, quando o processo eleitoral se iniciou, foi pouco a pouco fechando questão em torno do nome de Bolsonaro, e sua imagem inicial de um candidato inviável e pitoresco, rapidamente cresceu a partir das derrapagens e indefinições de seus adversários. Catapultado finalmente por sua defesa efusiva da segurança pública, sua capilaridade nas igrejas evangélicas e o sistema industrial de disparos de mensagens em redes sociais, concretizou-se como contraponto ideológico mais eficiente ao PT; arrebanhando votos dos setores críticos e desiludidos com o projeto democrático-popular. As Forças Armadas voltavam a compartilhar a direção do Poder Executivo pela primeira vez desde o fim da ditadura civil-militar, em 1985.

O povo se insurge e as máquinas param

15 e 30 de Maio - milhões em defesa da Educação

Os protestos de 15 de maio foram as primeiras grandes manifestações de massa enfrentadas pelo novo governo. Foram convocadas após o MEC anunciar, em período inferior a duas semanas, cortes na pesquisa para as Ciências Humanas, confiscar mais de 2 mil bolsas de pesquisa em todas as áreas do conhecimento e, por fim, bloquear 30% das verbas do MEC destinadas às universidades e institutos federais.

Cinco milhões de pessoas saíram às ruas de mais de 200 cidades pelo país, num protesto originalmente chamado pelas entidades sindicais e estudantis da educação: CNTE (trabalhadores da educação básica), UNE (estudantes universitários), UBES (estudantes secundaristas), ANPG (pós-graduandos), Fasubra (servidores técnico-administrativos das universidades e institutos federais), Andes e Proifes (professores universitários) e Sinasefe (servidores da Rede Federal). Ao longo do dia, manifestação cresceu também nas redes sociais: a tag #TsunamiDaEducação ocupou o topo do Twitter Brasil desde o início da manhã e a segunda posição no ranking mundial.

A educação provou sua capacidade de sensibilização social. Embora a pauta de mobilização fosse eminentemente a educação, os atos rapidamente ganharam uma conotação muito mais ampla, em defesa da ciência, da tecnologia, do desenvolvimento nacional, das liberdades democráticas e dos direitos sociais. As centrais sindicais, por exemplo, endossaram o convite para a Greve Geral de 14 de junho apoiando as manifestações nacionais de 15 de maio. A Associação de Juízes para a Democracia (AJD), divulgou nota salientando que os atos em defesa da educação se somavam às lutas em defesa da previdência social, e afirmando que “balbúrdia” é o atual estado do MEC. “Sob o falacioso argumento do combate à ideologia e da ‘balbúrdia’ nas Instituições Federais de ensino, o Ministério da Educação – este sim vivendo seus dias de balburdia e confusão – anuncia o contingenciamento de 30% das verbas destinadas às universidades públicas federais e, com isso, ameaça o funcionamento das instituições, melhores centros de ensino, pesquisa e extensão do país”, dizia a nota.

Além dos juízes, a Federação Nacional de Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União (Fenajufe) também participaram ativamente das manifestações pelo país, endossando as pautas e gritos de guerra dos estudantes e trabalhadores da educação. O Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), que agremia 32 sindicatos e associações de servidores das áreas de controle e fiscalização, tributação, judiciária, policial, inteligência de Estado e diplomacia, foi outra entidade que apoiou oficialmente os atos em defesa da educação de 15 de maio. “Os cortes anunciados pelo Ministério da Educação (MEC) nas verbas de custeio das universidades e institutos federais ignoram o papel estratégico que a educação superior e o ensino público representam para o desenvolvimento nacional, ameaçam a continuidade do ano letivo nessas instituições e, ainda, põem em risco o estímulo às novas gerações ao estudo e à pesquisa, na medida em que afetarão o pagamento de bolsas de mestrado e doutorado, além de outros efeitos nocivos. Não obstante os discursos ineptos e desconexos do ministro da Educação, não há justificativas plausíveis para o governo federal preterir a educação na alocação de recursos públicos.”

30 de Maio

Convocada no próprio dia 15 pela União Nacional dos Estudantes (UNE), União Nacional de Estudantes Secundaristas (UBES) e Associação Nacional de Pós-graduandos (ANPG), os atos do "30M" auxiliaram a manter em alta a mobilização popular gerada no 15 de maio, preparando-a para a Greve Geral de 14 de junho. Aconteceram atos em pelo menos 136 cidades de 25 estados, além do Distrito Federal. Em Goiás, pelo menos 12 cidades participaram do Dia Nacional de Luta, sendo o maior dos atos em Goiânia, onde 25 mil pessoas saíram às ruas. O público, em sua maioria, foi de professores, estudantes, pais e mães de alunos, coletivos do movimento estudantil e sindicatos de trabalhadores da educação.

14 de Junho

A Greve Geral em Goiânia se iniciou antes das 4h da madrugada, quando cerca de 100 pessoas se juntaram em frente à entrada da garagem da Metrobus para impedir a circulação da frota. A mobilização conseguiu atrasar a saída dos ônibus em duas horas, contribuindo para precipitar o espírito de greve geral. Pouco depois, às 10 horas da manhã no Coreto da Praça Cívica, 20 mil professores, técnico-administrativos em educação, funcionários públicos federais, estaduais e municipais, bancários, metalúrgicos, vigilantes, servidores dos Correios, do Poder Judiciário e da saúde pública, movimentos populares de luta pela terra e por moradia urbana, urbanitários, eletricitários, técnicos previdenciários e estudantes universitários, secundaristas e de pós-graduação se concentraram para o início da passeata.

No interior de Goiás, houve registros de manifestações em Anápolis, Formosa, Cidade de Goiás, Catalão, Jataí, Rio Verde, Itumbiara, Luziânia, Mineiros, Porangatu, Quirinópolis, Silvânia, Itapuranga e Itapirapuã, com participação de servidores da Rede nos municípios onde têm campi. Segundo levantamento das centrais sindicais, 45 milhões de trabalhadores de mais de 300 cidades se envolveram na Greve pelo país todo; seja comparecendo aos atos, seja não indo trabalhar. A mobilização foi maior que a greve geral de 28 de abril de 2017, quando 35 milhões de trabalhadores cruzaram os braços em 254 municípios.

A Greve Geral significou, antes de tudo, um fortalecimento e fluxo ascendente da mobilização popular para o novo ciclo de lutas que está aberto. O governo Bolsonaro demonstra dia após dia que seu projeto de ressubordinação nacional aos grandes centros imperiais está em marcha e avança, a despeito da disputa intestina pelo poder entre sua heterogênea coalizão de apoio e de suas dificuldades de condução e articulação política. Manter os sindicatos mobilizados, em vigília e unificados na Frente Ampla, expressa, por exemplo, no Fórum das Centrais, em âmbito nacional, e no Fórum Goiano contra as Reformas da Previdência e Trabalhista, em âmbito local, é a prioridade política para o momento, e será a principal forma de resistência ao projeto do golpe e de neoliberalismo extremado em marcha. As mobilizações de rua, unificadas entre os amplos setores populares, sindicais, estudantis, humanistas, religiosos etc, estarão na base de apoio para ações derivadas, como a luta parlamentar, por exemplo.

foto por Ariel Franco

EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO POPULAR E UNIVERSIDADE POPULAR

Paulo Winícius Teixeira

> "Falar hoje em dia de uma Universidade e Educação Popular significa compreender a necessidade de ligar as tarefas imediatas de resolução dos principais problemas que afligem a população brasileira, os trabalhadores e seus filhos, com a construção de um projeto de universidade, de institutos tecnológicos, escolas, que sejam alternativos ao projeto do capital." (Mauro Iasi)

Vivemos hoje uma verdadeira disputa nacional sobre os rumos da educação em nosso país. De um lado Bolsonaro, sua base reacionária de sustentação e os grandes conglomerados da educação privada e, de outro, as categorias em luta, como os técnicos e os professores, mas em especial os estudantes. Tais agentes estão sendo responsáveis pelas grandes mobilizações em defesa de uma escola e de uma universidade públicas, de qualidade e socialmente referen ciadas, além de combater os cortes do governo.

Tal conjuntura faz parte de uma aceleração de um processo de adequação das instituições educacionais às necessidades de acumulação do capital, que advém de reformas neoliberais implementadas na década de 90 e também de medidas privatistas mais lentas e graduais promovidas nos governos petistas. Este direcionamento se manifesta: na reestruturação político-pedagógica da maioria dos currículos dos cursos de graduação, subordinando as iniciati vas da universidade às necessidades do mercado em detrimento das demandas da população; na entrega da estrutura física e de recursos humanos públicos para a produção de ciência e tecnologia de acordo com as necessidades da iniciativa privada, o que compromete a autonomia didático-científica das universidades; nos parcos mecanismos democráticos que permitem à comunidade universitária interferir nos rumos tomados pelas instituições; no uso do dinheiro público para salvar empreendimentos universitários privados e na diminuição dos recursos públicos relativos à quantidade de vagas abertas nas universidades públicas, o que aumenta a precarização e intensificação do trabalho, diminui a qualidade de ensino, inviabiliza a manutenção do tripé ensino-pesquisa-extensão voltado aos interesses populares e incentiva as instituições a buscar outras fontes de financiamento paralelas ao Estado.

Desde a educação básica, insuficiente e sucateada, até a pós-graduação, vemos que os cortes orçamentários do Governo Bolsonaro ameaçam o fechamento de inúmeras unidades de ensino, desde escolas até universidades inteiras. No entanto, a universidade atual cumpre uma função central no capitalismo brasileiro e até para os de cima é interessante mantê-las abertas, mas sob um novo regime. É neste sentido que Bolsonaro acena para dar "autonomia financeira" para as instituições públicas, semelhante ao modelo das fundações de apoio. Além disso, neste horizonte de nova contrarreforma está o fim das eleições para reitores, a nomeação de interventores em pró reitorias e a destruição completa da autonomia universitária. De um jeito ou de outro, o que vemos é a educação e a verba públicas dadas de bandeja para as empresas privadas administrarem segundo a lógica do lucro e não do atendimento à pulação.

Este processo nos leva a concluir que o projeto hegemônico para a universidade brasileira é global e dinâmico, e que nossa tarefa de questioná-lo e contrapô-lo exige que trabalhemos não somente a partir de ações pontuais e reativas a seus avanços, mas principalmente a partir da formulação de um projeto alternativo igualmente global. O desenvolvimento desse projeto, a que chamamos popular, e sua construção cotidiana na universidade, nos institutos e escolas, e fora delas são os eixos para a luta dos trabalhadores e estudantes. É necessário, por isso, situar em que patamar se encontra a construção desse projeto popular de educação.

A educação não é determinada somente pelas instituições formais (escolas, universidades, escolas técnicas etc). Estas são uma parte importante na totalidade dos processos educacionais, mas somente uma parte. Temos, assim, a seguinte equação:

1) Os **processos educacionais como um todo**. Falamos de um sistema de internalização de valores, hábitos, princípios morais e éticos da sociedade vigente, especialmente de sua classe dominante. Isto significa que estamos falando de indivíduos sociais que, mesmo não tendo qualquer nível de escolaridade, também são educados pela sociedade e levados a assumir seu ponto de vista de forma "natural". O egoísmo, o individualismo, que se afirmam na tendência a resolver problemas sociais de forma privada, a desumanização, indiferença em relação à barbárie social e o sofrimento humano são apenas exemplos de como a sociedade nos educa a aceitar um modo de vida social tão absurdo, e isto independe da escolaridade;

2) As **instituições educacionais.** Aí, os indivíduos sociais já são induzidos a uma aceitação ativa das normas sociais pré-estabelecidas. Tanto mais ativa será esta aceitação, quanto mais elevado o nível de complexidade de que estamos falando. Na universidade, chegamos ao entendimento da gênese abstrata de conceitos e teorias que asseguram a legitimação e a reprodução da ordem vigente.

A mediação entre os dois pontos acima já nos leva a um elemento necessário para nossa luta: ela se insere dentro da luta social em geral, o que faz com que a universidade e a escola não possam ser transformadas de forma permanente por si só, assim como ela, por si só, não pode empreender uma alternativa emancipatória radical. No entanto, isso tampouco nos leva a dizer que a universidade e a escola são "casos perdidos", pois, sendo elas manifestações de toda a estrutura social e de seu processo educativo, isso significaria abdicar da possibilidade de qualquer transformação social, dentro ou fora da educação formal. Pelo contrário, devemos reconhecer essas instituições como um "caso em disputa", como parte do processo mais amplo de disputa ideológica e material da sociedade. Se as universidades e escolas exercem um papel crucial para a reprodução da ordem vigente, também exercem para a resistência e para proposição alternativa, a partir de uma disputa "de dentro para fora" e "de fora para dentro".

Acreditamos que na realidade brasileira é fundamental que algumas lutas dos trabalhadores estejam em pauta nas escolas e universidades, como a luta pela reforma agrária, reforma urbana, pela estatização de empresas estratégicas, etc. A luta pela Universidade e Educação Popular, então, se liga a um conjunto de tarefas imediatas da luta "dentro da ordem", por liberdades democráticas e conquista de hegemonia popular e que, ganhando vitalidade enquanto movimento, deverá caminhar para uma luta "contra a ordem". Dessa forma, o debate em torno de uma Universidade Popular se revela muito mais do que uma oposição às "reformas" educacionais atuais, visto que se insere na reflexão ativa sobre outro projeto de sociedade, a ser protagonizado por todos setores explorados e oprimidos pela sociabilidade vigente. Por isso por questão de princípios precisamos nos comprometer em articular a luta por uma Universidade Popular com a luta pela Educação Popular em geral, propondo a horizontalidade no saber, uma formação plena (contra a fragmentação do conhecimento), e pela produção de conhecimento para a classes trabalhadoras e pela transformação social, bem como defender quer uma universidade e escola popular deve constituir-se pelos trabalhadores e para os trabalhadores, objetivando a transformação social para a emancipação humana.

Ciência e Tecnologia

A universidade e institutos vêm se transformando profundamente com sua associação ao setor produtivo. Esse é um processo que se inicia na fase de industrialização brasileira, se desenvolve com o advento do capitalismo monopolista no Brasil, fase na qual também se consolida. Antes, a academia era uma instituição pequena e auto-referenciada, voltada à formação de profissionais liberais e de quadros para a burocracia estatal. A produção, por sua vez, era desenvolvida pelo senso prático de alguns indivíduos, pela intuição e pelo empirismo. A organização do saber tecno-científico e sua associação à produção gerou um processo inesgotável de renovação e transformação da base material da sociedade, no que se convencionou chamar de sociedade industrial. A universidade e escolas técnicas cumpriram um papel decisivo nesse processo, e, para isso, colocaram-se a serviço da inovação tecnológica. Nas faculdades e universidades nas sociedades pré-capitalistas, o conhecimento era restrito pelo baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas. Após a industrialização, o conhecimento passou a ser restrito por direitos de propriedade intelectual e tornou-se altamente cobiçado por ser instrumental e necessário no processo reprodutivo do capital e de expansão do mercado.

foto por Ariel Franco

Com o desenvolvimento capitalista, o conhecimento se tornou muito dinâmico. Os países centrais colocaram a produção de conhecimento (e, assim, as universidades e escolas técnicas) como pilares de seu projeto de desenvolvimento, criando e aprofundando uma estratificação internacional de conhecimento. Nesse novo cenário, as elites passaram a respaldar sua condição de elite não só na riqueza ou no Estado, mas também em uma pretensa superioridade intelectual. A universidade, controlada por esse segmento social, passou a ser o núcleo de certificação do conhecimento válido, o que serviu para deslegitimar saberes populares, indígenas, orais, religiosos e comunitários. Ao mesmo tempo em que consolidava o cânone científico como hegemônico, a universidade pôs a ciência e a tecnologia como mecanismos de acumulação privada de riqueza e reprodução da ordem existente. Ela não só se voltou à criação de novos direitos de propriedade intelectual, mas também forjou um ambiente ideológico que legitima essa como sua função única e ideal.

Dessa forma, a produção de conhecimento revela a universidade, escolas técnicas e institutos como instituições sociais e ideologicamente conservadoras. Por trás das inovações, dos títulos e das patentes, revela-se o profundo comprometimento com o mundo atual e a silenciosa renúncia em transformá-lo.

Por isso, a questão diz respeito à orientação programática para a ciência. A difusão de uma ideologia tecnocrática criou a ilusão de que a solução dos problemas da humanidade viria exclusivamente por meio do avanço da ciência e da tecnologia produtiva. Esta ilusão surge da orientação ideológica que atua no sentido de desviar o foco de intervenção humana do plano da estrutura social de classes. O ofuscamento, ou completa exclusão da dimensão social, leva a uma orientação da problemática social ao âmbito da "gestão" e da "responsabilidade individual", inclusive a administração ganha um caráter "científico" e, por assim dizer, "neutro" e "autojustificado". Na verdade, a própria expansão produtiva por meio da ciência é inseparável da conformidade ideológica com certos parâmetros de "avanço social" impostos justamente por quem se beneficia deles. Por isso mesmo, no campo da luta pela universidade e educação popular, nos interessa a ligação entre o conhecimento produzido e transmitido nas instituições de ensino superior com os interesses e as necessidades das massas populares e dos trabalhadores. Assim, um dos papéis fundamentais da luta pela universidade e educação popular é revitalizar o papel intelectual crítico e criador dentro da universidade e escola atual, rompendo com os parâmetros da educação que tem o mercado como condição e o lucro como fim.

foto por Ariel Franco

CULTURA

QUEM TEM VOZ?

Grasielle Aires da Costa

No momento político em que se encontra nosso país, nada mais necessário que a voz do povo se faça ouvir e que se diga tudo aquilo que por tanto tempo foi silenciado. O clamor das ruas se ergue a cada dia mais e é necessário que este clamor se faça ainda maior.

A teia que se forma, remete-me muito ao trabalho do célebre teatrólogo Augusto Boal (1931-2009) com seu teatro do oprimido. Neste trabalho o mesmo conclama cada um a assumir seu protagonismo diante de um histórico de opressão, seja ele social ou pessoal. Os sujeitos ali envolvidos colocam em cena instantes de opressão e, diante desse espelho, quem antes era público passivo, se torna a voz ativa e tem poder de entrar na cena e mudá-la.

Logo, envoltos nessa atmosfera do teatro do oprimido, que assim vejamos nosso momento político e sejamos não mais plateia passiva, mas antes sujeitos ativos na transformação. Quando da rua se ouve um clamor, a voz se faz carne e ganha corpo.

Diante disso, o que se faz com um corpo mudo? De um lugar aonde nada se ouve e que reverbera somente o eco da voz de outro que não o representa? Um povo, um grupo, um indivíduo diante da luta, quando se cala, o silêncio ecoa, quando fala, ganha corpo.

Por mais que não dita, a voz do oprimido sempre paira no ar. Como um sussurro que deixa entrever a aceitação da condição em que se encontra. Quando ganha voz também ganha representatividade, pode dizer como, onde e seus porquês.

Querendo ouvir essas vozes silenciadas Boal provocou dizendo aos calados para que falassem. Ainda que com as marcas deixadas em seus corpos pelo longo e fúnebre silêncio.

Nesse instante fugaz onde o oprimido vê representado, diante de si, aquilo que o afligia, coloca-se na roda para discussão. Expõe ao olhar de outro sua ferida. Quem de fora olha este breve lampejo rubro pode, com simplicidade, lhe dar voz, corpo e mando. Dar força, fôlego e ânimo. E quem foi oprimido que dali se levante e ganhe voz, pois como se diz popularmente: "quem não chora, não mama".

Vem de fora a voz que clama de dentro e faz a pergunta que não quer calar. E a mamata, meus senhores, que acontece por debaixo dos panos? Que se faz as escondidas, mas que fica as claras para que todos saibam como funciona a máquina pública?

Enquanto as vozes se calarem diante do óbvio e do absurdo, o silêncio será o eco do consentimento dos oprimidos sem voz, pois "quem cala consente".

Por tanto, ter voz deixa de ser uma questão fisiológica e passa a ser social, pois no teatro do oprimido quem não age dá a vez para que outro assuma seu lugar e reaja até que se resolva o fato.

Então, ganhar voz é ser protagonista nesse instante histórico em que se faz necessária a presença, pois cada voz que se cala reforça o discurso daquele que detém o poder. E não como um fim, mas como um começo: Quem tem voz? Quem quer ter voz, que fale, que grite, que lute e mostre o mundo em que quer viver!